



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
ITAPEJARA D'OESTE - PR
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

**PARECER TÉCNICO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DO
PODER LEGISLATIVO DE ITAPEJARA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.**

PRESIDENTE: Karla Mayara Gubert

MEMBRO: Ednardo Silvestre Balbinotti

SECRETARIO: Vilucir Lanhi

Assunto: Projeto de Lei de Autoria do Poder Executivo nº 59 de 2025 cuja súmula *“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

Relator: Ednardo Balbinotti

INTERESSADO: Douto Plenário do Poder Legislativo de Itapejara D'Oeste – PR.

1.0 Relatório

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, nos termos dos Artigos 53 a 89 do Regimento Interno desta Casa de Leis, reuniram-se na data de hoje, para analisar e emitir Parecer sobre o PLO/EXEC Nº 59/2025 cuja súmula: *“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

2.0 Voto do Relator

Conforme disposto no Art. 61 do R.I desta Casa de Lei.

Art. 61. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou deliberação do Plenário.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
ITAPEJARA D'OESTE - PR
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final sobre todos os processos pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento.

§ 2º Concluindo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um Projeto, deve o parecer ir à Plenário para ser discutido e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá o processo sua tramitação.

O Projeto em análise cumpre os pressupostos de Constitucionalidade e Legalidade exigidos para sua tramitação, uma vez que a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e encontra amparo na Lei Orgânica Municipal, que condiciona a realização de operações de crédito à prévia e expressa autorização da Câmara Municipal (Art. 82, XX, da LOM). O Parecer Jurídico nº 59/2025 da Casa confirma o entendimento pela juridicidade da matéria, confirmando que todos os requisitos legais, incluindo os da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as normas aplicáveis ao endividamento público, foram devidamente observados pelo Documento de Capacidade Financeira (CAPAG) emitido pelo Setor Contábil da Prefeitura, em 28/11/2025.

Quanto a Técnica Legislativa, a proposição também se encontra em ordem. O texto apresenta clareza e precisão, definindo o objeto, o limite de valor (Art. 1º), a destinação específica (Art. 3º) e a autorização para a garantia (Art. 4º), bem como as disposições necessárias para cumprimento da legislação orçamentária (Art. 5º e 6º). A redação final do Projeto de Lei nº 59/2025 está coesa, sem vícios ou impropriedades de linguagem ou de forma, e a matéria é compatível com o ordenamento jurídico vigente no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Dessa forma, tendo sido verificada a competência do Executivo para a iniciativa da lei, a legalidade da matéria e a correta aplicação da técnica legislativa, o Projeto de Lei nº 59/2025 está apto para prosseguir em sua tramitação e ser submetido à discussão e votação.

3.0 Conclusão

Ante o exposto, emito parecer **FAVORÁVEL** por parte da relatoria designada da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 59 de 2025 de autoria do Poder Executivo, estando este apto para apreciação em Plenário.

Este é o parecer, salvo melhor juízo do Soberano Plenário.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE
ITAPEJARA D'OESTE - PR
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

Expeça-se aos interessados.

Itapejara D'Oeste, Paraná, 05/12/2025

Karla Mayara Gubert
Presidente

() favorável ao parecer

() desfavorável ao parecer

Ednardo Silvestre Balbinotti
Membro

() favorável ao parecer

() desfavorável ao parecer

Vilucir Lanhi
Secretário

() favorável ao parecer

() desfavorável ao parecer